

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São
Paulo – VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório da Administração	3-16
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	17
Balanços patrimoniais	18
Demonstrações de resultados	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23 – 67

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como, sumário dos trabalhos que a CCR ViaOeste vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente, demais públicos interessados e da superação dos limites de qualidade dos serviços prestados.

1 Mensagem à Sociedade

A CCR ViaOeste, Companhia constituída em 1998, passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2005. A CCR ViaOeste administra 168,62 quilômetros de rodovias por onde trafegam diariamente mais de 600 mil veículos. O Sistema Castello-Raposo integra as rodovias Castello Branco, Raposo Tavares, Sen. José Ermírio de Moraes (Castelinho), além da rodovia Dr. Celso Charuri, beneficiando mais de 2,5 milhões de habitantes, que utilizam o Sistema mensalmente. Essas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e o oeste paulista. Adquirida em março de 2005, a CCR ViaOeste foi a sexta Companhia a se incorporar ao Grupo CCR.

A CCR ViaOeste opera o sistema rodoviário concedido pelo Governo do Estado de São Paulo durante 24 horas, oferecendo conforto, fluidez e segurança aos usuários.

A CCR ViaOeste desenvolve também programas sociais, culturais, ambientais (manejo de Animais Silvestres) e esportivos, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e comunidades das cidades cortadas pelo Sistema Castello-Raposo. São projetos de educação para o trânsito (Estrada para a Cidadania), de qualidade de vida para os caminhoneiros (Estrada para a Saúde) e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida. A Companhia também incentiva o esporte (Caravana do Esporte, Fundação Tênis) como fator de inclusão social, beneficiando diretamente moradores dos municípios localizados no entorno de suas rodovias. A CCR ViaOeste busca ainda atuar diretamente nas áreas de maior carência cultural, levando produções brasileiras de qualidade para todas as regiões de sua abrangência, por meio de projetos de circo, cinema e teatro (Roda Brasil e Cine Tela).

2 Dados Econômicos

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	2011	2010	Var.%
Veículos Equivalentes	114.728.714	107.166.685	7,1
Veículos Leves (Eq)	62.508.782	57.057.577	9,6
Veículos Pesados (Eq)	52.219.932	50.109.108	4,2

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+7,1%)

O tráfego de veículos equivalentes na ViaOeste registrou em 2011 um crescimento de 7,1% em comparação a 2010, com destaque para a movimentação no eixo entre Sorocaba e São Paulo e para as viagens de curta distância, no trecho inicial da Castello Branco, com origem/destino nos municípios da região metropolitana oeste, como Osasco, Barueri, Carapicuíba, Santana de Parnaíba, Itapevi e Jandira.

Veículos de Passeio (+9,6%)

Em 2011, o crescimento dos veículos de passeio na ViaOeste foi de 9,6% sobre o mesmo período do ano anterior. Esse aumento no tráfego, que apesar de ter apresentado um ritmo menor à partir do 2º semestre em razão da redução do nível de atividade da economia, se deve principalmente à movimentação na Rodovia Presidente Castello Branco, e que em 2011 apresentou 10,2% de aumento sobre o ano anterior.

Veículos Comerciais (+4,2%)

O tráfego de veículos comerciais apresentou em 2011 um crescimento de 4,2% sobre o ano anterior. Com destaques positivos para a movimentação de cargas ligadas à logística, ao transporte de contêineres e o aumento da importação de adubo e fertilizantes.

Receita Bruta

Receita Bruta [R\$ mil]	2011	2010	Var. %
Receita de Pedágio	746.840	661.660	12,9
Receitas Acessórias	9.233	8.974	2,9
Receita de Construção	83.970	95.749	-12,3
Receita Bruta Total	840.043	766.383	9,6

Receita Líquida

A receita líquida cresceu 10,0% em 2011 quando comparado ao ano de 2010 atingindo o valor de R\$ 774,9 milhões, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego do sistema, assim como pelo reajuste das tarifas básicas de pedágio.

As deduções sobre a receita operacional bruta aumentaram em 5,4%, alcançando o valor de R\$ 65,1 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 12,7% nas receitas operacionais. Os tributos incidentes são: ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta; PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- Depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão;
- Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”;
- Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras; e
- Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

Endividamento

Composição da Dívida [R\$ MM]	Index.	Custo Médio	Dez/11	%
Finame	TJLP	TJLP (7,0 – 9,0%)	0,5	0,1
Leasing	CDI	CDI + 1,5% a.a.	1,6	0,2
Debênt. -1ª Em. 1ª Série	CDI	104,5%	130,8	17,4
Debênt. -1ª Em. 2ª Série	IGP-M	7,60%	128,6	17,1
Debênt. -1ª Em. 3ª Série	IGP-M	7,60%	106,5	14,1
Debêntures – 2ª Em.	CDI	117,0%	227,9	30,3
Debêntures – 3ª Em.	CDI	110,5%	156,6	20,8
Total			752,5	100,0

3 Reajustes de Tarifa de Pedágio

Conforme Contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou em 9,77%, no mês de Julho de 2011, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema, sendo assim, uma variação de +5,59p.p. ao reajuste do ano anterior.

Para maiores informações sobre o índice de reajuste da tarifa de pedágio, vide item 26 – Eventos Subsequentes.

Para 2012, as expectativas atuais de mercado apontam para crescimento de 3,38% do PIB, IGP-M de 4,44%, IPCA de 4,95%, e taxa de câmbio de R\$ 1,80 para cada dólar americano.

4 Riscos de Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento na taxa de inflação;
- IGP-M, relativa a emissões de Debêntures;
- TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME;
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures;
- Políticas e variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumento nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, fizer para financiar suas operações.

5 Projetos Sociais

O relacionamento da CCR ViaOeste com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sociais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios limítrofes, com reflexo direto em seus habitantes.

Os projetos que mais se destacaram em 2011, foram:

Atendimento Odontológico ao Caminhoneiro

A CCR ViaOeste, focada no bem estar e na saúde de seus usuários, oferece aos caminhoneiros que viajam pelo Sistema Castello-Raposo, um amplo serviço de atendimento odontológico gratuito. Realizado desde novembro de 2002, é voltado para prevenção, educação e saúde bucal dos caminhoneiros. O programa rendeu à CCR ViaOeste, em 2003, o prêmio Top Social da ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil). Desde sua implantação já foram atendidos aproximadamente 9.084 caminhoneiros, sendo que 1.015 atendimentos foram realizados em 2011.

Em 2011, a concessionária modernizou a ação, por meio da implantação do novo Centro de Atendimento do Caminhoneiro, localizado no km 57 da Rodovia Presidente Castello Branco - SP 280, sentido capital, junto à Área de Descanso. O local oferece aos motoristas, lavanderia, chuveiros e um amplo estacionamento para 50 carretas, com infraestrutura para atender cargas frigoríficas. Nesse novo espaço

foram atendidos 3.022 caminhoneiros, o que significou um incremento de 800% no número de atendimentos em relação ao ano anterior.

Projeto Estrada para Saúde

A ação que já vem sendo desenvolvida desde 2002, tem como principal foco avaliar gratuitamente a saúde do caminhoneiro por meio de exames médicos periódicos gratuitos, como tipagem sanguínea mais fator Rh, glicemia, colesterol, triglicerídeos e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC (índice de massa corporal); consultas especializadas com enfermeiros e cuidados com a saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética (que trabalha as regiões onde a musculatura se apresenta mais tensa).

Projeto Estrada para Cidadania

Iniciado em 2007, este projeto é uma ação desenvolvida pela CCR ViaOeste em parceria com 14 municípios localizados ao longo do trecho administrado pela Concessionária. A ação foi idealizada com o foco voltado para o ser humano, visando a valorização do indivíduo como caminho para mudanças de comportamentos que promovam a segurança e a tranquilidade para motoristas e pedestres, consolidando o conceito de segurança no trânsito e cidadania aos alunos das 4^{as} séries do ensino fundamental das escolas municipais. Para auxiliar no aprendizado, a CCR ViaOeste fornece livros didáticos, com aplicações semanais por professores treinados, conciliando os conteúdos tradicionais da escola. Em 2011 o Projeto ganhou um importante reforço nas mais de 250 escolas municipais atendidas, incluindo turmas de alunos de 5^{as} séries, por meio de conteúdo de meio ambiente e sustentabilidade. Isso fez com que o número de alunos e professores dobrasse, totalizando 60.000 e 2.500, respectivamente.

Cine Tela Brasil

O Cine Tela Brasil é uma sala de cinema itinerante que circula nas cidades localizadas no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste, cujo principal objetivo é levar cultura e lazer, por meio de exibição de filmes nacionais às comunidades carentes. Em 2011, o projeto atendeu um público de 5.235 pessoas.

Teatro de Mãos Dadas

É uma peça teatral bastante lúdica, com personagens do universo infantil, conduzida por colaboradores da Concessionária e levada a crianças de 1^a a 3^a série do ensino fundamental, onde explana a importância da segurança viária, abordando os assuntos de travessia segura (uso de passarelas e faixa de pedestre); uso de pipas (o perigo do uso do cerol e a importância de soltar pipa longe da fiação elétrica e da rodovia); crianças sempre no banco de trás e usando o cinto de segurança; a importância do uso de roupas claras quando estiver andando pelo acostamento da rodovia, principalmente à noite. Em 2011 essa ação atingiu 2.620 crianças em 14 escolas da região, em um total de 38 apresentações.

Teatro Sobre Rodas

A concessionária CCR ViaOeste levou até as cidades de Cotia, Vargem Grande Paulista, São Roque, Itapevi e Carapicuíba o Teatro sobre Rodas. O projeto é um teatro de bonecos ambulante, que acontece dentro de um ônibus-teatro e atendeu mais de 9.350 alunos, ente a 1^a e 4^a série.

Campanhas

Contribuição social para com as comunidades onde atua - por meio da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo das rodovias administradas pela Concessionária CCR ViaOeste. Em 2011 a CCR ViaOeste doou 4.250 ovos de páscoa, 7.250 agasalhos, 5.585 brinquedos no Dia das Crianças e 4.400 brinquedos no Natal, entre outras ações.

6 Recursos humanos / Geração de empregos

Atendendo às diretrizes do Grupo CCR, de valorizar a mão de obra regional, a CCR ViaOeste tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras ao Sistema Castello-Raposo.

Atualmente, a Concessionária gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 816 empregos diretos e 785 indiretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios cortados pelas rodovias sob sua administração.

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, tínhamos respectivamente 744, 803 e 820 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2009	2010	2011
Administração	155	182	212
Operação	589	621	608
Total	744	803	820

Os programas da CCR ViaOeste relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

Treinamento e Desenvolvimento Profissional

Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como implantação da ferramenta DISC para avaliação por competência, formação de multiplicadores com a implantação do Projeto Aprimorando (que tem como objetivo a disseminação da Visão, Valores e Crenças do Grupo CCR), Programa de Desenvolvimento de Lideranças, além da participação no processo de revisão dos Perfis de Cargo e Manual de Competências, que somados chegam a 21.570 horas de treinamento no ano.

Programa “Alimente-se Bem”

Em parceria com o Sesi-Senai a CCR ViaOeste realizou o Programa “Alimente-se bem”, destinados aos colaboradores e seus familiares, por meio do qual tiveram acesso a importantes dicas para o correto preparo

e aproveitamento dos alimentos. Além disso, ocorreram aulas temáticas com o “Sabor na medida certa”, destinados às pessoas com diabetes, hipertensão e alto colesterol LDL.

Férias na CCR

A CCR ViaOeste recebeu mais de 50 crianças e seus acompanhantes para passar um dia de muita diversão e aprendizado. Para as crianças, realizamos oficinas de reciclagem de lixo, meio ambiente, exibição de filmes (cinema 3D), vivência de educação no trânsito, leitura de histórias, entre muitas outras atividades. Enquanto isso, seus pais passaram pelo curso “Educação financeira familiar”, desenvolvido pela BM&FBovespa.

Programa Qualidade de Vida no Trabalho

Esse programa visa proporcionar aos colaboradores, por meio de um sistema integrado e contínuo, ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável, com vistas ao pleno desenvolvimento do exercício de suas funções. Assim destacamos em 2011:

- **Massoterapia no Ambiente de Trabalho** - realizado nos postos de trabalho, duas vezes por semana, na sede administrativa e uma vez por semana nas praças de pedágio.
- **GAT – Ginástica no Ambiente de Trabalho** – realizada nos postos de trabalho, duas vezes por semana, preparando os colaboradores para o início de suas atividades a ginástica preparatória. E ao final do turno de trabalho é promovido o relaxamento por meio da ginástica compensatória.
- **PROCOFI – Programa de Condicionamento Físico** – implantação de 8 mini academias em postos de trabalho da interação com o cliente, visando melhorar o condicionamento físico de profissionais que atuam no socorro médico e mecânico. O treino é preparado e acompanhado por um Educador Físico e o colaborador realiza os exercícios durante sua jornada de trabalho.
- **Programa Coração Saudável** – exames clínicos realizados em 100% dos colaboradores no ano de 2011, que possibilitaram identificar grupos de risco, direcionando para um trabalho diferenciado para esses colaboradores. Este trabalho é embasado em acompanhamentos nutricionais e médicos, educando para práticas e hábitos mais saudáveis.
- **II Semana da Saúde** – atingindo 100% dos colaboradores através de atividades temáticas relacionadas a promoção da saúde e qualidade de vida por meio de parcerias firmadas com empresas e organizações não governamentais, bem como o início das realizações dos exames médicos periódicos e avaliações físicas. Foram disponibilizados os seguintes serviços: corte e escova de cabelo, manicure, design de sobrancelhas, teste de estresse (aplicado pela psicóloga da CCR ViaOeste), avaliação oftalmológica, confecção de chaveiros, inscrição na ETE Cotia (Escola Técnica Estadual), massagem, vacina antigripal, limpeza de pele, avaliação em saúde bucal e aplicação de flúor, entre outras atividades gratuitas.
- **Programa Estrada para o Futuro:** inclusão e capacitação de 16 jovens aprendizes ao longo de 2011.
- **Programa de Inclusão de PcD's:** manutenção, inclusão e desenvolvimento de 29 profissionais – pessoas com deficiência - no mercado de trabalho.
- **Programa de Orientação à Gestantes** – o programa atendeu 13 gestantes, todas colaboradoras da CCR ViaOeste. As futuras mães receberam orientações psicológicas, social e informações relacionadas à alimentação adequada para ela e o bebê.

7 Desenvolvimento regional

ISSQN repassado aos municípios

Em 2011, a CCR ViaOeste recolheu aproximadamente R\$ 37,7 milhões em ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza aos cofres dos 16 municípios que fazem parte do Sistema que administra: Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barueri, Cotia, Itapevi, Itu, Jandira, Mairinque, Osasco, Santana de Parnaíba, São Paulo, São Roque, Sorocaba, Vargem Grande Paulista e Votorantim que, juntos, somam mais de 2,5 milhões de habitantes, proporcionando a possibilidade de mais empregos, melhores salários, segurança e desenvolvimento econômico e social. O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR ViaOeste a esses municípios nos últimos dez anos:



8 Meio ambiente

A preservação ambiental tem sido uma das preocupações da CCR ViaOeste, que realiza atividades de plantios de mudas, em cumprimento com suas obrigações compensatórias, repondo espécies nativas que sofrem intervenções das obras por mudas plantadas no entorno das rodovias ou em locais apropriados e preservados.

Também são realizados projetos voltados para conscientização, contribuindo com a preservação do meio ambiente. As principais atividades realizadas durante o ano de 2011 foram:

- **Programa de Controle Ambiental** - Esse Programa estabelece diretrizes, assegura o cumprimento das especificações técnicas e das normas ambientais durante as obras de implantação das rodovias, a fim de garantir as condições ambientais adequadas nas áreas de entorno. Esses cuidados continuam nas fases de conservação e operação, definindo as competências e responsabilidades na gestão ambiental do empreendimento. O Programa de Controle Ambiental objetiva instaurar um processo de análise de todas as atividades e processos operacionais desenvolvidos na rodovia, definindo, de maneira sistemática, uma estratégia de mitigação das consequências dos impactos ambientais, sociais, bem como os riscos à saúde ocupacional e segurança do trabalho, identificados na operação da CCR ViaOeste. Além disto, este programa considera atividades realizadas em condições normais e anormais de operação, bem como condições de emergência, assim como leva em consideração a identificação dos aspectos ambientais das atividades.

- **Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Reflorestamento** - Esse Projeto tem por objetivo a recuperação de áreas degradadas, conscientização da comunidade no que tange às questões de preservação do meio ambiente e reflorestamento das matas ciliares. As ações desenvolvidas nos Projetos de Compensação Ambiental resultaram no plantio de 26.277 mudas nativas no ano de 2011.
- **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** - O principal objetivo deste plano é estabelecer um tratamento ambientalmente adequado e seguro aos resíduos sólidos perigosos e não-perigosos, gerados nas atividades de operação das rodovias, de forma consciente e eficiente, visando o atendimento à legislação ambiental aplicável, a proteção de nossos colaboradores e a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). No ano de 2011, iniciamos a elaboração das diretrizes, o plano de ação até 2014 para implantação completa do programa, bem como o tratamento dos resíduos perigosos e não perigosos mais relevantes, como a borracha, resíduos de serviços de saúde (RSS), resíduos eletrônicos, papel, plásticos, vidros, metais entre outros. Tudo dentro de um programa considerando as práticas de redução, reaproveitamento, reciclagem, destinação para aterros sanitários especializados.
- **Elaboração do Sistema de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SGSMS** - o documento Sistema de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – Rumo ao Desenvolvimento Sustentável, expõe as nossas responsabilidades, programas e ações que colaboram com o desenvolvimento econômico, qualidade de vida, conservação ambiental, segurança e saúde, atendendo as necessidades presentes, e buscando não comprometer as condições de sustentabilidade das gerações futuras. Durante o ano de 2011 implantamos os programas de emergência, de segurança e saúde, além dos programas sociais. Os programas ambientais passaram por revisões e serão implantados no início de 2012.
- **Criação do Comitê de Sustentabilidade** – Em dezembro de 2011 foi instituído o “Comitê de Sustentabilidade ViaOeste”, que tem como missão desdobrar diretrizes corporativas em planos de ação de sustentabilidade e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. As atribuições deste comitê consistem em: desenvolver metas e planos de ações em resposta as diretrizes corporativas relacionadas a sustentabilidade; propor plano de ação ao comitê executivo para o processo orçamentário; monitorar o andamento das ações de sustentabilidade e seus indicadores de eficiência e eficácia; atuar sobre as externalidades definidas como prioritárias pelo Grupo CCR; contribuir para a aprendizagem e treinamento dos colaboradores sobre assuntos ligados ao tema de sustentabilidade; comunicar as ações de sustentabilidade e seus resultados, assegurando a transparência e o diálogo aberto com seus públicos de interesse; oferecer suporte as políticas, pactos, ou outros acordos semelhantes, suportados pelo centro corporativo; reportar ao comitê executivo de sustentabilidade informações sobre planos de ação. Este comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretor e Gestores das principais áreas da empresa.
- **Criação de área específica para desenvolver as atividades de Sustentabilidade** – Pensando na melhoria contínua dos processos a CCR ViaOeste criou uma nova área, responsável por implantar e aplicar práticas de sustentabilidade como parte estratégica em projetos e atividades; estruturar e viabilizar ações de sustentabilidade a partir de processos implantados nas atividades de operação das rodovias atendendo suas obrigações contratuais, legais e seus clientes internos e externos; implantar melhorias e eliminar riscos com foco nas principais externalidades; buscar o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade – Ambiental, Social e Econômico - em projetos e processos da concessionária, implantando um Sistema de Gestão Ambiental, Social e de Segurança e Saúde do Trabalho – SGASS; e disseminar os conceitos de sustentabilidade pelas práticas de treinamentos e conscientização. Os processos são realizados por Grupos de Trabalho – GT garantindo a participação dos colaboradores das áreas envolvidas. São 5 GT's: GT Emissões e Consumo (foco em energia, água, combustíveis e resíduos), GT Segurança Viária (foco acidentes), GT ISE (foco atendimento ao Índice de Sustentabilidade Empresarial), GT Mais Verde (foco bases operacionais com a implantação de coleta seletiva de lixo e de hortas e pomares sem utilização de agrotóxicos) e GT SGASS (foco implantação do Sistema de Gestão Ambiental, Segurança e Saúde).

9 Segurança viária

A CCR ViaOeste atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários e às comunidades lindeiras em toda a extensão da malha rodoviária administrada por ela.

Essas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias do sistema Castello-Raposo. Em 1998, primeiro ano de concessão, houve registro de 96 óbitos, sendo que em 2011 foram 52, ou seja, uma redução de 46%.

Dentre as ações desenvolvidas em 2011 na área de segurança no trânsito destacam-se:

- **Zero Álcool** – Diante do cenário de muitos acidentes com indícios de embriaguez em todo o país e percebendo o anseio da sociedade por medidas efetivas, foi desenvolvido o programa Zero Álcool, uma iniciativa da CCR ViaOeste, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e o Instituto de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com o objetivo de reduzir o número de acidentes no Sistema Castello-Raposo que tenham como causa a associação de álcool versus direção, por intermédio de duas frentes de atuação:

- Ações coercitivas: identificação e notificação de condutores embriagados por meio de parceria com a Polícia Militar Rodoviária;
- Ações educativas: trabalho de conscientização na região lindeira, com realização de palestras e divulgação de material educativo para prevenção de acidentes de trânsito por consumo de álcool.

Ao longo de 2011, o programa Zero Álcool conseguiu, em quase todos os finais de semana do ano e principais feriados, apoiar a Polícia Militar Rodoviária nas ações fiscalizadoras no nosso trecho rodoviário. Foram distribuídos um total de 200 mil folhetos (material informativo) nas praças de pedágio e nas ações educativas, além da execução de palestras e seminários.

Neste ano foram distribuídos 1.000 bafômetros aos clientes do Sistema Castello-Raposo.

- **Projeto Cinto de Segurança** - o uso do cinto de segurança, de acordo com o artigo nº 65 do Código de Trânsito Brasileiro, é obrigatório para todos os ocupantes de veículos, em todas as vias do território nacional. A partir dessa necessidade e com o objetivo de minimizar a gravidade dos acidentes, a CCR ViaOeste desenvolve ações onde são veiculadas mensagens educativas sobre a correta utilização do cinto, principalmente, no banco traseiro dos veículos. As ações acontecem nas praças de pedágio e foram distribuídos mais de 200.000 folders.

- **Projeto Neblina** - esse projeto prevê a veiculação de mensagens educativas para os motoristas sobre os procedimentos que devem ser adotados na estrada quando há formação de neblina. A ação se dá por meio da distribuição de folhetos educativos nas praças de pedágio, faixas instaladas ao longo das rodovias e veiculação de mensagens nos painéis móveis, ocorrendo formação de “comboios” com apoio da Polícia Militar Rodoviária sempre que necessário. No decorrer de 2011 distribuímos 30.000 folhetos educativos.

- **Projeto Queimada** - este projeto vem sendo desenvolvido pela CCR ViaOeste desde 1999, entre os meses de junho e agosto, onde eventos envolvendo incêndio nas matas localizadas nas proximidades das rodovias crescem sensivelmente por ocasião do período de seca, gerando riscos de acidentes nas rodovias. Nesse projeto há distribuição de material educativo e orientação quanto aos cuidados para não provocar um foco de incêndio. Foram distribuídos 30.000 folhetos em 2011.

- **Pedala Certo** - voltado aos ciclistas, em decorrência do aumento desse meio de transporte nas rodovias, principalmente nas marginais leste/oeste da Rodovia Presidente Castello Branco. Suas principais atividades são abordagem e distribuição de informativo, como também, distribuição de adesivo refletivo. Neste ano, foram efetuadas 300 abordagens diretas aos ciclistas.
- **Projeto Motociclista** - essa campanha educativa visa conscientizar os motociclistas sobre as questões de como manter uma direção responsável e segura (defensiva), quer estejam na cidade, quer estejam nas rodovias. A CCR ViaOeste realiza campanha educativa com distribuição de folhetos e implantação de faixas informativas. Neste ano de 2011, mais de 14.500 motoqueiros foram orientados.
- **Projeto Pirilampo** - com a realização desta ação, a Concessionária busca conscientizar os caminhoneiros sobre a importância de executar a manutenção das lâmpadas traseiras dos caminhões minimizando, deste modo, os riscos de acidentes, principalmente no período da noite. Foram realizadas 08 ações nos postos de serviço em 2011, com 2.240 caminhoneiros abordados e 260 trocas de lâmpadas.
- **Projeto Travessia Segura** - essa ação está voltada para todos os pedestres que moram ou circulam nas proximidades do Sistema Castello-Raposo. Essa ação acontece por meio da distribuição de panfletos impressos com dicas de segurança para pedestres, informando sobre como circular e atravessar as rodovias com segurança. Estes folhetos são distribuídos em pontos específicos, por instrutores e colaboradores da CCR ViaOeste. No ano, foram distribuídos 30.000 folhetos educativos.
- **Pista Molhada** - visa orientar como o condutor de veículos deve se comportar sobre o piso molhado e os cuidados que deve ter na manutenção do seu veículo. No ano, foram distribuídos 60 mil folhetos nas praças de pedágios.
- **Uso Correto do Acostamento** - seu principal foco é conscientizar e orientar os motoristas quanto ao uso correto do acostamento, ou seja, somente em situações de emergência. No ano, foram distribuídos 30.000 informativos nas praças de pedágios.
- **Pipa** – conscientização sobre os perigos de soltar pipa nas proximidades da rodovia. Foram distribuídos 300 folhetos nos locais de maior incidência.
- **Animais** - orientação aos proprietários de áreas no entorno da rodovia sobre a importância de manter as cercas sempre em perfeito estado, evitando que seus animais fujam, evitando possíveis acidentes na rodovia. Neste ano, 290 proprietários foram orientados.
- **Mantenha-se a Direita** - orientação ao motorista de veículos pesados a utilizarem as faixas da direita, com objetivo de reduzir o número de acidentes, principalmente colisão traseira. Foram distribuídos 30.000 folhetos em 2011.
- **Pane Seca** - orientação aos motoristas sobre a importância de verificarem a existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino para que fiquem atentos antes de colocarem seus veículos em circulação nas rodovias. Neste ano foram distribuídos 200.000 folhetos.

10 Investimentos

A CCR ViaOeste já investiu cerca de R\$ 2,5 bilhões na infraestrutura rodoviária, em valores atualizados, desde 1998 nas rodovias do Sistema Castello-Raposo (os valores apontados no próximo gráfico são históricos). Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população linceira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos desde o início da concessão, destacam-se:

- **Marginais da Rodovia Castello-Branco (SP-280)** - foram construídos 20 km de rodovia, com quatro faixas e pavimento em concreto;
- **Melhorias na Rodovia Castello-Branco (SP-280)** - foram implantadas passarelas, executados recapeamentos, sinalizações, prevenção contra animais nas pistas, colocação de painéis de mensagens variáveis, radares, etc;
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Sorocaba** – foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 24 km na região de Sorocaba e Araçoiaba da Serra;
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - duplicação trecho Cotia** – foram duplicados e integralmente abertos ao tráfego 12 km na região de Cotia;
- **Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (SP-075)** - foram realizadas obras de recuperação de pontes e viadutos, recapeamentos, sinalizações, etc;
- **Rodovia Dr. Celso Charuri (SP-091)** - foram construídos 6 km de rodovia em pista dupla, que interligou a Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) com a Raposo Tavares (SP-270). Esse trecho permitiu que veículos trafegassem entre as duas rodovias, contornando a cidade de Sorocaba e desafogando o tráfego urbano;
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - Contornos de São Roque e de Brigadeiro Tobias** – iniciados no ano de 2006, a construção de 6,3 km de via, com 9 viadutos, 1 túnel e 1 passarela, permite melhor qualidade de vida e segurança para a população da região e usuários da rodovia;
- **Projeto Cebolão - Rodovia Castello Branco (SP-280)** - construção de mais uma ponte sobre o Rio Pinheiros, com adequação das faixas de acesso à Marginal Tietê, além da completa reformulação do trevo de Jandira e Itapevi e a reconfiguração das praças de pedágio dos km 18, 20 e 33, com redução das tarifas de pedágio de até 57%;
- **Revitalização do pavimento da Marginal Castello-Branco (SP-280)** - Recuperação de 23 km de pavimento rígido de concreto das Marginais da Castello-Branco. Esse investimento proporciona maior conforto e segurança aos usuários.
- **Outros** – frota de 107 veículos operacionais; 22 painéis de mensagens variáveis, sendo 18 fixos e 4 móveis; 69 câmeras de vídeo para monitoração de tráfego; 150 câmeras de segurança das praças; 168 câmeras para controle de evasão de pedágio; 308 telefones de emergência; 80 km de cabos de fibra óptica em rodovia e um centro de controle operacional que monitora as rodovias 24 horas por dia.



As principais obras de 2011, um ano com intenso volume de investimentos, foram:

- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) - marginais trecho Sorocaba** – obras de implantação de vias marginais no trecho duplicado na região de Sorocaba, na Rodovia Raposo Tavares. Essas vias possibilitarão a fluidez do tráfego urbano, sem causar interferência e riscos de acidentes na via principal;
- **Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) – implantação de 4ª faixa** - foram realizadas obras para construção de faixa adicional entre o km 26+200 e o km 28+500, sentido Capital.
- **Rodovia Presidente Castello Branco (SP-280) – recapeamento** – execução de operação de recomposição do pavimento, correções de depressões, selagens de trincas, reparos superficiais e profundos entre o km 33+000 ao km 79+380, sentido Leste e Oeste.
- **Rodovia Raposo Tavares (SP-270) – recapeamento** – obras de recomposição do pavimento, entre o km 34+000 e o km 45+200, no sentido Leste/Oeste.

11 Comunicação com o usuário

A CCR ViaOeste ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação abertos, especialmente, para esta finalidade. São eles:

- **0800 701 5555** - telefone de ligação gratuita;
- **Internet** –“Fale Conosco”, por meio do site www.viaoeste.com.br;
- **Casa do Usuário** - Postos de atendimento disponibilizados aos usuários e localizados em pontos estratégicos, tais como km 24 da Rodovia Castello-Branco (sentido interior-capital), km 34+200 da Rodovia Raposo Tavares (sentido capital-interior) e km 8,5 da Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (sentido Sorocaba). A Casa do Usuário é equipada com toaletes, fraldários e mapas informativos. No ano de 2011 atendemos 371.379 usuários nas Casas.
- **Ouvidoria** - importante ferramenta que viabiliza a comunicação entre o usuário e a diretoria da Concessionária. É por meio deste canal que o usuário pode registrar suas manifestações e receber a

resposta no prazo máximo de três dias. A Ouvidoria também realiza atendimentos pessoais. Em 2011, recebemos uma média de 376 manifestações por mês por meio de diferentes canais: 0800, Casa do Usuário, e-mail, site, telefone e visitas pessoais. A etapa seguinte ao contato do usuário é buscar junto às áreas envolvidas a solução do caso e, por fim, informá-la ao cliente. O tempo de resposta (média) é de 1,9 dia. A melhoria dos processos está em acompanhar a realização das demandas das áreas, principalmente no cumprimento de prazos informados ao cliente.

- **Telefones de emergência** - instalados ao longo das rodovias Presidente Castello-Branco, Celso Charuri, Senador José Ermírio de Moraes e Raposo Tavares.

12 Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

13 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

14 Agradecimentos

A Administração da CCR ViaOeste agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos Usuários, Fornecedores e Instituições Financeiras. À nossa equipe de Colaboradores, nosso muito obrigado pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

Araçariguama, 29 de fevereiro de 2012

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.
Araçariguama - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo		2011	2010	Passivo		2011	2010
	Nota				Nota		
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	12.950	13.199	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	1.317	31.479
Contas a receber	7	1.512	1.513	Debêntures	14	202.883	128.396
Contas a receber partes relacionadas	10	40.129	34.063	Fornecedores	15	21.094	22.038
Tributos a recuperar		1.898	1.843	Fornecedores partes relacionadas	10	2.127	486
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	3.297	3.297	Contas a pagar partes relacionadas	10	8	75
Despesas antecipadas		2.638	3.203	Impostos e contribuições a recolher	16a	7.942	6.802
Outros créditos		1.036	1.895	Obrigações sociais e trabalhistas		7.669	7.654
				Imposto de renda e contribuição social	16a	8.138	5.577
				Impostos e contribuições parcelados	16b	5.734	4.680
				Provisão de manutenção	18	11.572	9.318
				Obrigações com o poder concedente	23b	2.062	1.816
				Outras contas a pagar		8.054	6.952
Total do ativo circulante		63.460	59.013	Total do passivo circulante		278.600	225.273
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Ativo fiscal diferido	8b	60.683	58.680	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	805	1.709
Depósitos judiciais		1.537	1.073	Debêntures	14	544.203	574.195
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	98.735	86.882	Impostos e contribuições parcelados	16b	57.472	55.776
Outros créditos		99	95	Adiantamento para futuro aumento de capital partes relacionadas	10	1.724	1.724
		161.054	146.730	Passivo fiscal diferido	8b	110.935	100.651
				Provisão para contingências	17	2.181	820
				Provisão de manutenção	18	17.832	19.768
				Obrigações com o poder concedente - obras a executar	23d	8.822	8.713
				Outras contas a pagar		1.642	1.966
Imobilizado	11	53.486	55.714	Total do passivo não circulante		745.616	765.322
Intangível	12	1.153.158	1.137.139				
Total do ativo não circulante		1.367.698	1.339.583				
				Patrimônio líquido			
				Capital social integralizado	20a	139.763	139.763
				Reservas de capital	20c	2.677	2.677
				Reservas de lucros	20b	139.502	139.763
				Dividendos Adicionais Propostos		125.000	125.798
				Total do patrimônio líquido		406.942	408.001
Total do ativo		1.431.158	1.398.596	Total do passivo e patrimônio líquido		1.431.158	1.398.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2011	2010
Receitas	25	774.933	704.623
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(83.970)	(95.749)
Provisão de manutenção		(7.793)	(14.418)
Depreciação e amortização		(59.118)	(49.043)
Custo da outorga		(58.946)	(53.823)
Serviços		(46.425)	(50.072)
Custo com pessoal		(31.332)	(26.873)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.881)	(10.736)
Outros		(14.207)	(12.519)
		<u>(310.672)</u>	<u>(313.233)</u>
Lucro bruto		464.261	391.390
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(15.678)	(15.486)
Serviços		(24.735)	(22.778)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.152)	(1.521)
Depreciação e amortização		(1.539)	(1.229)
Outros		(11.871)	(21.220)
		<u>(54.975)</u>	<u>(62.234)</u>
Outras despesas operacionais		(12.760)	(10.787)
Outras receitas operacionais		739	434
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		397.265	318.803
Despesas financeiras	24	(110.634)	(104.426)
Receitas financeiras	24	6.920	6.816
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		293.551	221.193
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	8a	(91.329)	(67.768)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	8a	(8.281)	(6.365)
Lucro líquido do exercício		<u>193.941</u>	<u>147.060</u>
Lucro por ação - básico e diluído em R\$			
Ordinárias	20d	0,01320	0,01000
Preferenciais	20d	0,01450	0,01100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Capital			Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Ágio na incorporação	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2010		139.763	2.642	35	23.513	203.988	21.000	-	390.941
Divide Variação Monetária das Obrigações com o Poder Concedente		-	-	-	-	(49.000)	(21.000)	-	(70.000)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	147.060	147.060
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	4.440	-	-	(4.440)	-
Dividendos intermediários em 31 de agosto de 2010		-	-	-	-	(18.000)	-	(42.000)	(60.000)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(25.178)	125.798	(100.620)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		<u>139.763</u>	<u>2.642</u>	<u>35</u>	<u>27.953</u>	<u>111.810</u>	<u>125.798</u>	<u>-</u>	<u>408.001</u>
Distribuição de Dividendos em 28 de fevereiro de 2011	20e	-	-	-	-	(14.202)	(125.798)	-	(140.000)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	193.941	193.941
Destinações:									
Dividendos intermediários em 30 de agosto de 2011	20e	-	-	-	-	-	-	(55.000)	(55.000)
Dividendos propostos	20b	-	-	-	-	-	125.000	(125.000)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	13.941	-	(13.941)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		<u>139.763</u>	<u>2.642</u>	<u>35</u>	<u>27.953</u>	<u>111.549</u>	<u>125.000</u>	<u>-</u>	<u>406.942</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2011	2010
Lucro líquido do exercício	193.941	147.060 (reclassificado)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.281	6.365
Apropriação de despesas antecipadas	3.297	3.297
Depreciação e amortização	60.656	50.269
Amortização do Direito da Concessão	11.423	10.565
Baixa do ativo imobilizado	29	26
Baixa do ativo intangível	1.268	196
Variação Monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	13.876	33.600
Variação Monetária das Obrigações com o Poder Concedente	783	383
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil	91.621	74.443
Capitalização de custo de empréstimos	(8.317)	(16.411)
Juros sobre impostos parcelados	6.101	5.179
Juros, multa e outros encargos sobre impostos parcelados - Lei nº. 11.941/09	-	1.126
Reversão da provisão para devedores duvidosos	(142)	(37)
Provisão para contingências	3.974	878
Constituição da provisão de manutenção	7.793	14.418
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.519	5.133
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	143	(316)
Contas a receber partes relacionadas	(6.066)	(3.087)
Tributos a recuperar	(55)	(877)
Despesas antecipadas	565	(1.303)
Despesas antecipadas da outorga fixa	(15.150)	(14.550)
Outras contas a receber	391	3.675
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	(944)	(11.582)
Fornecedores partes relacionadas	1.641	(4.333)
Contas a pagar partes partes relacionadas	(67)	5
Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.525
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	350	4.902
Liquidação de contingências	(2.613)	(264)
Obrigações com o poder concedente	(428)	(2.921)
Realização da provisão de manutenção	(11.994)	(14.732)
Outras contas a pagar	778	498
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	365.669	294.130
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(6.407)	(16.654)
Aquisição ao ativo intangível	(72.443)	(95.685)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(78.850)	(112.339)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Resgates/aplicações (conta reserva)	-	(6)
Dividendos pagos	(195.000)	(130.000)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:		
Captações	149.540	30.967
Pagamentos principal	(157.352)	(72.640)
Pagamentos de juros	(84.256)	(100.202)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(287.068)	(271.881)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(249)	(90.090)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.199	103.289
No final do exercício	12.950	13.199
	(249)	(90.090)

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.
(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Receita de pedágio	746.840	661.660
Receita de construção	83.970	95.749
Outras receitas	9.091	8.937
Provisão para devedores duvidosos	142	37
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção	(83.970)	(95.749)
Provisão de manutenção	(7.793)	(14.418)
Custos dos serviços prestados	(68.619)	(71.134)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.180)	(44.428)
Variação Monetária das Obrigações com o Poder Concedente		
Valor adicionado bruto	<u>642.481</u>	<u>540.654</u>
Depreciação e amortização	<u>(72.079)</u>	<u>(60.834)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>570.402</u>	<u>479.820</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>6.920</u>	<u>6.816</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>577.322</u>	<u>486.636</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	29.168	26.252
Benefícios	9.561	8.242
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.552	1.527
Outras	1.032	1.024
Tributos		
Federais	133.350	104.355
Estaduais	120	47
Municipais	37.742	37.584
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	110.191	104.006
Aluguéis	1.719	2.716
Outorga	58.946	53.823
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	55.000	42.000
Lucros retidos do exercício	<u>138.941</u>	<u>105.060</u>
	<u>577.322</u>	<u>486.636</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede esta localizado na Rua São João, nº 30, bairro Centro na cidade de Araçariguama, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6

Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001.

Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº. 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

Contornos alternativos de São Roque e Brigadeiro Tobias

O contorno de São Roque foi executado no período de setembro do ano de 2006 à agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia.

Já o contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares – SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6.

A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Projeto Cebolão

O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou o trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra.

Em contrapartida, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco.

Marginais de Sorocaba – km 95,0 a km 105,0

Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. Em junho de 2009, a Companhia liberou para o tráfego de veículos o primeiro trecho da nova pista da marginal da Raposo Tavares, entre os km 99 e km 100.

Bens Reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados sobre esse conceito.

Em 29 de fevereiro de 2012 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Reclassificação

Para melhor apresentação do fluxo de caixa do exercício de 2010, foi reclassificada a capitalização de custo de empréstimos nas atividades operacionais e de investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2010</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2010</u>
	(Publicado anteriormente)		(reclassificado)
Atividades operacionais			
Variação Monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	-	33.600	33.600
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil	91.632	(17.189)	74.443
Capitalização de custo de empréstimos	16.411	(32.822)	(16.411)
Atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(20.914)	4.260	(16.654)
Aquisição ao ativo intangível	(107.836)	12.151	(95.685)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo estas reconhecidas no período no qual tais estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nota 7 – Provisão para devedores duvidosos
- Nota 8b – Impostos diferidos
- Nota 11 – Depreciação do ativo imobilizado
- Nota 12 – Amortização do ativo intangível
- Nota 17 – Provisão para contingências
- Nota 18 – Provisão de manutenção
- Nota 19 – Classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 21 - Mensuração de instrumentos financeiros

3 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras decorrentes das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

i. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

ii. Receitas de Serviços

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC R1, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

iii. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota 21.

b) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e bancos, contas a receber, contas a receber partes relacionadas e outros créditos.

d) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

e) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

v. Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

vi. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, na abordagem por componentes, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

vii. Ativos intangíveis

a) Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

b) Direito da concessão

O direito da concessão contempla o ágio oriundo da incorporação da empresa Wolfson Empreendimentos Ltda. gerado na aquisição da Companhia que foi alocado ao direito da concessão. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotado a curva de tráfego estimada como base de amortização.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

c) Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item xvii.

viii. Ativos arrendados

d) Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 19a.

e) Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº. 19b.

ix. Redução ao valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

x. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

Provisão de manutenção – contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixas previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

xi. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos (incluindo os ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos e consequente classificação destes como disponíveis para venda, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

xii. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

xiii. Benefícios a empregados

f) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Durante o exercício de 2011, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$ 295 (R\$ 413 em 2010).

g) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

xiv. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, à taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação sobre prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos relacionados ao imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e são reduzidos caso sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia adotou a neutralidade do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

xv. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação.

xvi. Direito de concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12(a) e 13 da OCPC-05 (contratos de concessão), a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº. 23) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato tanto a concessionária quanto o poder concedente possuem o direito de rescisão, sendo que a concessionária será indenizada pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
que não sejam indenizados.

xvii. *Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, atribuindo, portanto, zero de margem.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

xviii. *Informação por segmento*

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

componentes do grupo CCR. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional, além de concessão de rodovias nas operações da Companhia.

xix. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme CPCs e aplicável às companhias abertas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do IGP-M relativo às debêntures, (2) do CDI para empréstimos de capital de giro, debêntures e aplicações financeiras e (3) da TJLP relativo aos financiamentos em Reais. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6, 13 e 14.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamento e debêntures.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos	294	133	45	16	-
Debêntures	204.299	192.083	192.097	116.455	45.454

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
por uma posição de capital saudável.

6 Caixas e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	2.378	1.885
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento de renda fixa	<u>10.572</u>	<u>11.314</u>
	<u><u>12.950</u></u>	<u><u>13.199</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,19% do CDI, equivalente a 11,50% ao ano (9,68% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

7 Contas a receber

	2011	2010
Circulante		
Vale pedágio e cupons a receber	1.166	1.268
Ocupação da faixa de domínio e acessos	350	440
Cargas excedentes, cargas especiais e tarifa de liberação de veículos	65	36
Locação de painéis publicitários	<u>22</u>	<u>2</u>
	1.603	1.746
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(91)</u>	<u>(233)</u>
	<u><u>1.512</u></u>	<u><u>1.513</u></u>
Não circulante		
Poder concedente (b)	24.292	24.292
Provisão para devedores duvidosos (b)	<u>(24.292)</u>	<u>(24.292)</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Créditos a vencer	1.441	1.507
Créditos vencidos até 60 dias	69	1
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	5
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2	94
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	139
Créditos em atraso há mais de 360 dias	89	-
	<u>1.603</u>	<u>1.746</u>

(a) A provisão para devedores duvidosos (PDD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias baseado no histórico de perda da Companhia.

(b) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 ao Contrato de Concessão para o período de agosto de 2002 até abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do RodoAnel Oeste Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à Companhia é remoto. O valor está totalmente provisionado.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	293.551	221.193
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(99.807)	(75.206)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(1.055)	(533)
Incentivos fiscais não dedutíveis	(743)	(656)
Despesas com brindes e associações de classe	(195)	(157)
Despesas indedutíveis	(40)	(16)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	2.399	1.922
Crédito nota paulista	-	9
Outros ajustes tributários	(169)	504
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(99.610)</u>	<u>(74.133)</u>
Impostos correntes	(91.329)	(67.768)
Impostos diferidos	<u>(8.281)</u>	<u>(6.365)</u>
	<u>(99.610)</u>	<u>(74.133)</u>
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Ativo não circulante		
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	20.332	17.840
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (b)	18.817	20.124
Provisão de manutenção (c)	9.997	9.890
Provisão para devedores duvidosos	8.290	8.338
Custo de transação na emissão de títulos	787	699
Provisão para contingências	742	279
Provisão para despesa com taxa de manutenção de arrecadação eletrônica	686	625
Provisão para participação nos resultados (PLR)	645	669
Outros	387	216
	<u>60.683</u>	<u>58.680</u>
Passivo não circulante		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(79.374)	(72.088)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.900)	(17.048)
Amortização fiscal versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(12.232)	(11.383)
Outros	(429)	(132)
	<u>(110.935)</u>	<u>(100.651)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

(a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(f) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão	
	2011	2010
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>

	Início da concessão		Extensão do prazo de concessão		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Não circulante	<u>32.970</u>	<u>36.267</u>	<u>65.765</u>	<u>50.615</u>	<u>98.735</u>	<u>86.882</u>

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações	Saldos		
		Ativo	Passivo	
	Serviços Prestados	Contas a receber	Fornecedores	Contas a pagar
Controladora				
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	12.609	-	1.030	-
Outras partes relacionadas				
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (b)	-	-	5	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)	-	40.129	-	-
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (d)	13.726	-	1.092	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (e)	-	-	-	8
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>26.335</u>	<u>40.129</u>	<u>2.127</u>	<u>8</u>
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>26.512</u>	<u>34.063</u>	<u>486</u>	<u>75</u>

O quadro abaixo demonstra os saldos a pagar aos profissionais chave:

	2011	2010
Remuneração dos administradores (g)	1.806	1.178

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A. (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No decorrer do ano de 2011 foram reconhecidas despesas relativas à remuneração dos administradores no montante de R\$ 3.404 (R\$ 2.890, em 31 de dezembro de 2010).

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia;
- (c) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, e aos valores de tarifas de pedágio eletrônico os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (e) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Os montantes referentes a despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	2011	2010
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.077	1.125
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	2.294	1.670
Previdência privada	29	91
Seguro de vida	4	4
	<u>3.404</u>	<u>2.890</u>

Na AGO realizado em 29 de abril de 2011, foi fixada a remuneração dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.889.

O valor efetivamente pago relativo a remuneração da administração, será aprovado na próxima AGO.

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2011		31/12/2010	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	12	3.641	(1.593)	2.048	2.020
Máquinas e equipamentos	15	28.409	(14.820)	13.589	6.625
Veículos	21	9.469	(5.032)	4.437	3.120
Instalações e edificações	6	2.130	(1.916)	214	252
Sistemas operacionais	18	45.182	(34.161)	11.021	6.755
Imobilizado em andamento	-	22.177	-	22.177	36.942
		<u>111.008</u>	<u>(57.522)</u>	<u>53.486</u>	<u>55.714</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 26.906 (R\$ 25.996 em 31 de dezembro de 2010).

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

	31/12/2010	31/12/2011			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	
Móveis e utensílios	3.283	-	(18)	376	3.641
Máquinas e equipamentos	19.672	2	(439)	9.174	28.409
Veículos	7.088	-	(146)	2.527	9.469
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	38.183	-	(386)	7.385	45.182
Imobilizado em andamento	<u>36.942</u>	<u>10.033</u>	<u>-</u>	<u>(24.798)</u>	<u>22.177</u>
	<u>107.298</u>	<u>10.035</u>	<u>(989)</u>	<u>(5.336)</u>	<u>111.008</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 3.628 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 4.260 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>			
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências (a)	Depreciação
Móveis e utensílios	(1.262)	(343)	14	(2)	(1.593)
Máquinas e equipamentos	(13.047)	(2.209)	433	3	(14.820)
Veículos	(3.968)	(1.208)	144	-	(5.032)
Instalações e edificações	(1.878)	(38)	-	-	(1.916)
Sistemas operacionais	<u>(31.429)</u>	<u>(3.098)</u>	<u>369</u>	<u>(3)</u>	<u>(34.161)</u>
	<u>(51.584)</u>	<u>(6.896)</u>	<u>960</u>	<u>(2)</u>	<u>(57.522)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

12 Ativos intangíveis

	Taxa anual de amortização %	<u>2011</u>			<u>2010</u>
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(*)	1.211.826	(250.635)	961.191	935.493
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	6.927	(4.131)	2.796	836
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.322	(665)	657	873
Direito da Concessão - ágio (b)	(*)	<u>251.709</u>	<u>(63.195)</u>	<u>188.514</u>	<u>199.937</u>
		<u>1.471.784</u>	<u>(318.626)</u>	<u>1.153.158</u>	<u>1.137.139</u>

Movimentação do custo

	<u>2010</u>	<u>2011</u>				
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	Ressarcimento de Obras (**)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	1.133.650	100.950	(1.690)	2.734	(23.818)	1.211.826
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.325	-	-	2.602	-	6.927
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	-	-	1.322
Direito da Concessão - ágio (b)	<u>251.709</u>	-	-	-	-	<u>251.709</u>
	<u>1.391.006</u>	<u>100.950</u>	<u>(1.690)</u>	<u>5.336</u>	<u>(23.818)</u>	<u>1.471.784</u>

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	2010		2011		
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências (1)	Amortização
Direitos de exploração da infraestrutura	(198.157)	(52.902)	422	2	(250.635)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.489)	(642)	-	-	(4.131)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(449)	(216)	-	-	(665)
Direito da Concessão - ágio (b)	(51.772)	(11.423)	-	-	(63.195)
	<u>(253.867)</u>	<u>(65.183)</u>	<u>422</u>	<u>2</u>	<u>(318.626)</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(**) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizados pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

(a) Do montante de R\$ 1.211.826 em 31 de dezembro de 2011, R\$ 16.021 refere-se ao intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

1. SP-280-Implantação da Praça de Pedágio Barreirão
2. SP-280-Implantação do Dispositivo de Retorno no Km 64
3. SP-280-Implantação de faixa adicional km 28 ao 30

(b) Direito da concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. A incorporação pela Companhia do patrimônio da Wolfson Empreendimentos Ltda. não implicou no aumento do capital da incorporadora no ato da incorporação. A diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor de patrimônio líquido da incorporadora, no montante de R\$ 2.642, foi destinada à conta de reserva de capital. O valor do ágio incorporado, no montante de R\$ 251.709, é amortizado pelo padrão de benefício econômico gerado com base na curva de tráfego, pelo prazo da concessão.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 4.689 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 12.151 em 31 de dezembro de 2010). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 1,00% ao mês durante o exercício de 2011 (em média 1,04% ao mês durante o exercício de 2010).

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Vencimentos	2011	2010
Em moeda nacional				
1 Banco Bradesco S.A. (Finame)	TJLP + 4,3%	15 de abril de 2011	-	138 (a)
1 Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (Finame)	TJLP + 9%	15 de maio de 2012	92	353 (a)
1 HSBC Bank Brasil S.A. (Finame)	TJLP + 7,7%	15 de julho de 2013	246	399 (a)
1 Banco Alfa de Investimentos S.A. (Finame)	TJLP + 7%	15 de maio de 2015	151	195 (a)
2 Banco Alfa de Investimentos S.A (Arrendamento mercantil)	105% do CDI	28 de fevereiro de 2011	-	30.073 (b)
3 Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A (Arrendamento mercantil)	CDI + 1,5%	02 de setembro de 2013	1.378	2.030 (b)
4 Banco Itaú S.A. (Arrendamento mercantil)	1,23% a.m.	21 de setembro de 2014	255	- (a)
Total			<u>2.122</u>	<u>33.188</u>
Total circulante			<u>1.317</u>	<u>31.479</u>
Total não circulante			<u>805</u>	<u>1.709</u>

Garantias

- (a) Fidejussória e bens financiados.
- (b) Aval do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2011
2013	689
2014	100
Após 2014	<u>16</u>
	<u>805</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e, exclusivamente para os empréstimos, as cláusulas restritivas contratuais. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. FINAMES: Contratados ao longo dos anos de 2006 e 2010, com taxas remuneratórias entre 1,0% a.a. e 4,3% a.a. mais TJLP, no montante total de R\$ 3.676, destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea e equipamentos. A amortização do principal se dará em até 54 parcelas mensais entre novembro de 2006 e maio de 2015. Os juros serão pagos trimestralmente, antes, e mensalmente durante o período de amortização.

Nos contratos de financiamentos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Em 15 e 30 de dezembro de 2010, a companhia emitiu duas Cédulas de Crédito Bancário nos valores de R\$ 13.000 e R\$ 17.000, respectivamente, junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A., remunerados a 105% do CDI com vencimento do principal e dos juros em 28 de fevereiro de 2011, os quais foram liquidados. Esta operação foi liquidada integralmente em 28 de fevereiro de 2011.

3. Desde julho de 2010, a Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil no montante de R\$ 2.262, junto ao Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A. com vencimentos finais a partir de junho de 2013 até setembro de 2013. Os encargos financeiros destes contratos são CDI + 1,5% a.a.

4. Em 21 de julho de 2011, a companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil com Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R\$ 280, com pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais e com vencimento final em 21 de julho de 2014. A taxa de juros é de 1,23% a.m.

14 Debêntures

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	2011	2010
Debêntures							
Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.676	800	Julho de 2015	130.015	166.839 (c)
Série 2	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	640	Julho de 2015	105.825	152.058 (c)
Série 3	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	551	Janeiro de 2015	128.028	134.034 (c)
Série Única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	831	Dezembro de 2016	227.096	249.660 (d)
Série Única	110,5% do CDI	0,1334% (b)	740	480	Fevereiro de 2015	156.122	- (d)
Total						<u>747.086</u>	<u>702.591</u>
Debêntures						204.299	129.860
Custo de transação						<u>(1.416)</u>	<u>(1.464)</u>
Total circulante						<u>202.883</u>	<u>128.396</u>
Debêntures						546.089	577.018
Custo de transação						<u>(1.886)</u>	<u>(2.823)</u>
Total não circulante						<u>544.203</u>	<u>574.195</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

- (c) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
(d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2011
2013	192.083
2014	192.097
Após 2014	<u>161.909</u>
	<u><u>546.089</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

As definições dos termos descritos nos covenants devem ser verificadas na escritura de cada uma das operações.

1. Em 1º de julho de 2007, a Companhia emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures, a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

2. A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 104,5% do CDI a.a., enquanto que as da segunda e da terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como garantia da emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas na escritura;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0.

3. Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia realizou a 2ª. emissão pública de debêntures, emitindo duzentas e cinquenta debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, da segunda emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com valor nominal total da emissão de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 23 de dezembro de 2009.

As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 117% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e 22 de dezembro de 2016;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias de 22 de dezembro e de junho de cada ano até a data de vencimento, iniciadas em 22 de junho de 2010.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

4. Em 20 de fevereiro de 2011, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures, emitindo cento e cinquenta mil debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$ 1 e valor nominal total da emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011. Elas têm remuneração correspondente à variação acumulada de 110,5% do CDI e poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias 20 de fevereiro e de agosto de cada ano, até a data de vencimento, iniciadas em 20 de agosto de 2011.

As principais obrigações e cláusulas restritivas da 3ª emissão de Debêntures são as seguintes:

- Não realizar novas emissões de debêntures da espécie quirografária, com garantia real ou com garantia fluante, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no Contrato de Concessão (“Emissões para Finalidades Diversas”); até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão de debêntures da Emissora;

- Até a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, não distribuir de dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso:

- Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 3; e/ou

- ICSD seja inferior a 1,20; e

- Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, não distribuir de dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso:

- Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4; e/ou

- ICSD seja inferior a 1,20.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, à critério da emissora.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Fornecedores

	2011	2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	13.655	13.118
Fornecedores e Prestadores de Serviços Estrangeiros (a)	114	107
Cauções e Retenções Contratuais (b)	<u>7.325</u>	<u>8.813</u>
	<u>21.094</u>	<u>22.038</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16 Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	8.138	5.577
ISS	3.734	3.832
Cofins	2.066	1.819
INSS retido	805	523
INSS	570	-
Pis	448	394
Pis, Cofins e CSLL retidos	243	159
IRRF	<u>76</u>	<u>75</u>
	<u>16.080</u>	<u>12.379</u>

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos e contribuições parceladas

	2010		2011		
	Saldo Inicial	Atualizações	Pagamentos	Transferências	Total
Circulante					
IRPJ	3.332	230	-	(3.562)	-
CSLL	1.331	90	-	(1.421)	-
INSS	17	1	-	(18)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	275	(3.351)	8.810	5.734
Total	<u>4.680</u>	<u>596</u>	<u>(3.351)</u>	<u>3.809</u>	<u>5.734</u>
Não circulante					
IRPJ	39.709	1.939	-	(41.648)	-
CSLL	15.860	645	-	(16.505)	-
INSS	207	8	-	(215)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	2.913	-	54.559	57.472
Total	<u>55.776</u>	<u>5.505</u>	<u>-</u>	<u>(3.809)</u>	<u>57.472</u>

(1) Os impostos parcelados através da Lei 11.941/09 começaram a ser pagos a partir de junho de 2011 de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais, consecutivas e atualizados mensalmente com base na taxa SELIC.

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos processos

	2010	2011		
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Total
Não circulante				
Cíveis	122	2.422	(1.587)	957
Trabalhistas	698	1.552	(1.026)	1.224
Total	<u>820</u>	<u>3.974</u>	<u>(2.613)</u>	<u>2.181</u>

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2011	2010
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	25.620	4.401
Trabalhistas e previdenciárias	2.027	2.247
Total	<u>27.647</u>	<u>6.648</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 2.741 para os processos em andamento.

18 Provisão de manutenção

	2010	2011				
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante						
Provisão de manutenção	9.318	9.083	1.395	(11.994)	3.770	11.572
Não circulante						
Provisão de manutenção	19.768	(1.290)	3.124	-	(3.770)	17.832

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

Projetos com início de provisão até 2009: 14,75%

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Projetos com início de provisão à partir de 2010: 12,34%

Em 31 de dezembro de 2011 o montante provisionado corresponde a R\$ 36.336 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 40.466 em 31 de dezembro de 2010).

19 Arrendamento mercantil

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2011	2010
Até um ano	223	514
Acima de um ano e até cinco anos	-	7

A Companhia opera com 8 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 1.175 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.209 em 31 de dezembro de 2010).

b) Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.820 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	2011	2010
Veículos	2.189	2.150

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 242 e R\$ 504 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor Nominal		Valor Presente	
	2011	2010	2011	2010
Até um ano	1.254	830	1.022	807
Acima de um ano e até cinco anos	797	1.261	611	1.223
	<u>2.051</u>	<u>2.091</u>	<u>1.633</u>	<u>2.030</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

20 Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

Não houve movimentação das ações durante os exercícios de 2010 e 2011.

b) Reserva de lucros

- Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

- Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

c) Reserva de Capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

d) Lucro por ação básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC 41 – Lucro por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A. (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	2011	2010
Numerador		
Lucro líquido disponível	193.941	147.060
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,0132	0,0100
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,0145	0,0110

e) *Dividendos*

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76).

Em 30 de agosto de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 55.000 sobre os lucros apurados no 1º semestre de 2011.

A Administração da Companhia propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referente ao exercício de 2011 no valor de R\$ 125.000 e retenção do saldo remanescente dos lucros acumulados no montante de R\$ 13.941, que serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada em 2012.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A. (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	193.941
(-) Reserva legal	<u>-</u>
Base de cálculo	193.941
(-) Dividendos adicionais propostos	(125.000)
(-) Dividendos antecipados	(55.000)
(-) Reserva de Retenção de Lucro	<u>(13.941)</u>
Total	<u><u>-</u></u>

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira das empresas pertencentes ao Grupo CCR, acompanha e informa à administração da CCR e de suas controladas sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos									
Caixas e bancos	6	-	2.378	-	2.378	-	1.885	-	1.885
Aplicações financeiras	6	10.572	-	-	10.572	11.314	-	-	11.314
Contas a receber de clientes	7	-	1.512	-	1.512	-	1.513	-	1.513
Contas a receber partes relacionadas	10	-	40.129	-	40.129	-	34.063	-	34.063
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	-	-	(2.122)	(2.122)	-	-	(33.188)	(33.188)
Debêntures	14	-	-	(747.086)	(747.086)	-	-	(702.591)	(702.591)
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	(30.790)	(30.790)	-	-	(30.956)	(30.956)
Fornecedores partes relacionadas		-	-	(2.127)	(2.127)	-	-	(486)	(486)
Contas a pagar partes relacionadas	10	-	-	(8)	(8)	-	-	(75)	(75)
Total		10.572	44.019	(782.133)	(727.542)	11.314	37.461	(767.296)	(718.521)

(a) Valores líquidos do custo de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Caixa e bancos, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas** - São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado;
- **Arrendamento mercantil, fornecedores, fornecedores partes relacionadas, contas a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar** – Estão registrados pelo método do custo amortizado;
- **Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	750.388	779.492	706.878	788.701
CCB - Cédula de Crédito Bancário	-	-	30.073	30.098

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº. 13.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 10.572 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 11.314 em 31 de dezembro de 2010).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures com taxas pós-fixadas.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Janeiro de 2015	106.376	(13.860)	(15.312)	(16.764)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015	128.667	(16.161)	(17.854)	(19.547)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016	515.345	(62.790)	(78.602)	(94.458)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(92.811)	(111.768)	(130.769)

As taxas de juros consideradas para 12 meses foram:

CDI (1)	10,87%	13,59%	16,31%
IGP-M (2)	5,10%	6,37%	7,65%

Abaixo estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 30/12/2011, divulgada pela CETIP.

(2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2011 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A. (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Responsabilidade Civil – R\$ 49.500;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – R\$ 68.862;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 50.000;
- Perda de Receita – R\$ 69.615.
- Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 120.000 (R\$ 1.000 por veículo), sendo: R\$ 12.000 (R\$ 100 por veículo) para danos morais; R\$ 93.600 (R\$ 2,6 por veículo) para acessórios e R\$ 72 (R\$ 2 por veículo) para equipamentos.

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 209.334, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

23 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	2011	2010	2011	2010
Outorga fixa a pagar	315.878	349.267	272.230	294.145

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2011 estavam assim distribuídos:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A. (Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor nominal	Valor presente
2012	51.224	49.893
2013	51.224	47.516
2014	51.224	45.253
2015	51.224	43.099
Após 2015	110.982	86.469
Total	<u>315.878</u>	<u>272.230</u>

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder concedente das parcelas referente ao direito da outorga fixa relativas ao período de janeiro à dezembro de 2011 no montante de R\$ 23.818, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.062 (R\$ 1.816 em 31 de dezembro de 2010).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$ 20.621, referente ao direito de outorga variável (R\$ 19.800 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não efetuou o pagamento da parcela da outorga variável relativa à janeiro de 2011, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 31 de dezembro de 2011, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 569.071 (R\$ 476.558 em 31 de dezembro de 2010), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

d. Obras a executar

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Não circulante		
Obrigações Poder Concedente	<u>8.822</u>	<u>8.713</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a Companhia.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 8 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a Companhia deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a Companhia passou a depositar o ônus fixo.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou a Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e também a utilização de 2 parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo –
VIAOESTE S.A.**
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Resultado Financeiro

	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(91.621)	(74.443)
Variação monetária sobre debêntures	(14.829)	(33.600)
Juros sobre impostos parcelados	(6.101)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.519)	(5.133)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.087)	(651)
Variação monetária sobre outorga	(783)	(383)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(11)	(6.305)
Capitalização de custos dos empréstimos	8.317	16.411
IOF	-	(322)
	<u>(110.634)</u>	<u>(104.426)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.772	6.395
Variação monetária sobre debêntures	953	-
Juros e outras receitas financeiras	195	421
	<u>6.920</u>	<u>6.816</u>

25 Receitas

	2011	2010
Receitas		
Receitas de pedágio	746.840	661.660
Receitas de contratos de construção	83.970	95.749
Receitas acessórias	9.233	8.974
	<u>840.043</u>	<u>766.383</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2011	2010
Receitas Brutas	840.043	766.383
Menos:		
Impostos sobre receitas	(65.311)	(62.053)
Devoluções e abatimentos	201	293
Total das receitas	<u>774.933</u>	<u>704.623</u>

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Eventos subsequentes

Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 05 de janeiro de 2012, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado, informando que foi celebrado o termo aditivo modificativo (TAM) nº 22/2011 ao Contrato de Concessão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (Poder Concedente) e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste) - Contrato de Concessão nº 003/CR/1998.

O referido TAM tem como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGP-M) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano, a periodicidade do reequilíbrio.

- **Procedimento administrativo ARTESP**

Em fevereiro de 2012 foi recebida pela Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste), solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 12/06 de 21/12/06.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

* * *

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2012 E 2013

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76 e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada oportunamente, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício de 2012 e de 2013, no valor de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada nesta data.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 160.000.000,00

Aplicações

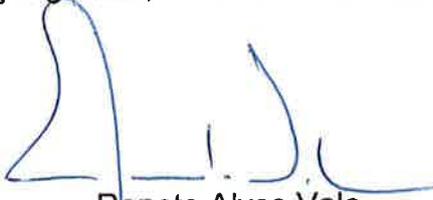
Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia R\$ 160.000.000,00

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2011 R\$ 111.549.459,88

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 48.450.540,12

Araçariçuama, 29 de fevereiro de 2012.



Renato Alves Vale
Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido em 29 de fevereiro de 2012 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Araçariquama, 29 de fevereiro de 2012.



Maurício Soares Negrão

Diretor Presidente



Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor da Companhia

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

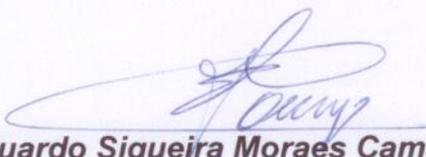
Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, do exercício de 2011.

Araçariçuama, 29 de fevereiro de 2012.



Maurício Soares Negrão

Diretor Presidente e de Relação com Investidores



Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor da Companhia